

## O SERTÃO DO BOIADEIRO

CANDICE VIDAL E SOUZA

Doutoranda em Antropologia  
Museu Nacional, UFRJ

PIMENTEL, Sidney Valadares. 1997. *O Chão é o Limite: A festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás. 308 pp.

As ciências sociais brasileiras têm negligenciado alguns fenômenos culturais de relevante importância social e econômica. As exuberantes narrativas constituídas em torno da idéia de sertão são exemplo de objetos etnográficos desperdiçados ou superficialmente visitados até bem pouco tempo. Felizmente, iniciativas de pesquisa sobre o tema estão sendo empreendidas a partir de recortes disciplinares como os da história, da teoria literária, da sociologia e da antropologia. O trabalho de Sidney Valadares Pimentel situa-se na vanguarda da ainda minguada fileira dos estudiosos das festas de peão de boiadeiro e das manifestações a elas agregadas, como a música sertaneja e o “movimento *country*”, já disseminadas e enraizadas em vastas áreas do centro-sul brasileiro. O autor toma-as como expressões privilegiadas de enunciação e de agregação de novos e velhos significados do sertão para os brasileiros.

O que é característico desse estudo, originalmente uma tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, é o tratamento do signo sertão como uma categoria ordenadora dos discursos referenciados à nacionalidade, à região e ao local. A pesquisa foi desenvolvida a partir da cidade mineira de Pirajuba, onde se realiza uma pequena e prestigiada festa do peão inserida, porém, no circuito transregional da produção desses

eventos espetaculares entendidos pelo autor como uma expressão ressignificadora do imaginário denso sobre o sertão, presente em tradições eruditas e populares.

O texto monta-se sobre um trançado de falas e eventos culturais multicontextualizados espacial e historicamente, retirados da tradição do pensamento social brasileiro, das modas caipiras e sertanejas, ou dos idealizadores da festa de peão exemplar de Barretos (SP), ali comunicantes com a gente que faz as festas da igreja e do peão de boiadeiro em Pirajuba. Os sete capítulos, então, apresentam muitas situações de proferimento sobre o sertão, impondo a ambigüidade semântica e valorativa do termo sertão e seus correlatos diante de qualquer projeto de achatamento interpretativo dessa categoria-mor da experiência de pertencimento local, regional e nacional familiar a tantos brasileiros.

Em “Registros do Sertão”, o autor situa o ponto de partida de sua argumentação, qual seja, a definição da festa do peão de boiadeiro enquanto um “conjunto de cerimônias por meio das quais seus participantes ritualizam o resgate da tradição pastoril brasileira através da ressignificação e da revalorização da categoria sertão” (: 17). Desse modo, ao longo do texto, o leitor será convencido a respeito da ocorrência de um processo de domesticação do sertão, combinação tanto de intervenções práticas sobre o espaço e a sociedade sertanejos, quanto de inovações semânticas que imputam atributos novos a este lugar e a sua gente. Cuidando apenas da vertente significativa desse processo, supostamente iniciado nas primeiras décadas do século XX, Pimentel apresenta a comparação que o pensamento erudito brasileiro realizou entre os movimentos de ocupação territorial do oeste norte-americano e do sertão brasileiro, exercício alegórico para a reconfiguração da imagem da brasilidade em relação à sua parte nomeada sertão.

Numa versão popular, a aproximação entre oeste e sertão também será mobilizada nas representações e em símbolos visíveis na festa do peão. Contudo, mais uma vez, trata-se de um expediente de apropriação interessado em reforçar a singularidade da tradição local, o sertão pastoril brasileiro. Este sim, seria o imaginário articulador da intertextualidade desse evento festivo, marcada pela combinação simultânea “de signos que representam, em nível da estrutura de superfície, o oeste selvagem dos EUA, mas cujo imaginário é o do sertão brasileiro” (: 30), produzindo, assim, uma fusão entre o *cowboy* e o vaqueiro.

Como bem demonstram a etnografia das festas religiosas de Pirajuba e o seu entrelaçamento com a festa do peão, mas também o registro de outros eventos presenciados pelo autor no circuito das festas do peão, temos aqui uma invenção que combina “a tradição do catolicismo popular com o que se imagina ter sido a vida do sertão pastoril metaforizado pela luta entre o homem e o animal no rodeio” (: 29-30).

No mais, os significados para sertão foram sendo modelados por contribuições eruditas e populares nos campos da música, da literatura e das ciências humanas. Para os propósitos do livro, merece atenção a criação do gênero musical denominado música caipira, ocorrida pouco antes de 1930, e a sua diversificação com a invenção da música sertaneja, principalmente, na década de 1950. Contemporaneamente a estas expressões ressemantizadoras da categoria sertão, acontece em 1956 a primeira festa do peão de boiaideiro, na cidade paulista de Barretos.

O segundo capítulo, “De Barretos a Pirajuba: ecoando o evento fundador”, acompanha a origem, o desenvolvimento e a expansão da festa do peão de boiaideiro pelos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Nesse contexto supra-regional, integra-se a cidade de Pirajuba, lugar cuja auto-definição acentua a tradição e o gosto pelas festas, notadamente, a festa da igreja, que celebra a padroeira Nossa Senhora d’Abadia e outros santos devotos. A festa do peão que aí passa a se realizar desde 1984 é incorporada ao calendário de festividades anuais e, rapidamente, ganha apreço semelhante, porém, significados e valores distintos da festa da igreja quanto ao poder de evocação da identidade de pirajubense.

Segue um histórico da realização da festa do peão de Barretos, indiscutivelmente, o evento fundador e a referência mítico-exemplar de todas as demais festas que se realizam no Brasil. Hoje é um espetáculo que mantém a organização controlada pela mesma associação fundadora desde 1956, combinada à complexa estrutura empresarial que a torna uma festa modelo. Contudo, insiste o autor, os modernos arranjos do *show business* envolvidos em Barretos não impedem que a festa seja concebida em nome da tradição pastoril que caracterizaria a cidade paulista.

Das primeiras versões improvisadas que acontecem em Pirajuba, a festa do peão se enraiza aos poucos como tradição, ganha seu espaço próprio e institui sua ritualidade específica. Tão vistosa torna-se a festa que a cidade chegou a ser

chamada de “Barretim do Triângulo”, elogiada por realizar o “maior pequeno rodeio do interior”.

A cidade é propriamente apresentada no capítulo seguinte, “Pirajuba: entre duas narrativas”. O autor informa sobre a existência de dois modos de contar a história do lugar: uma versão oficial, escrita e ensinada, outra versão oral, quase uma lenda contada por narradores autorizados. No primeiro caso, a formação de Pirajuba é entendida como resultado da expansão bandeirante-paulista pelo interior do Brasil. Assim, a origem da cidade repete a de outras localidades englobadas por um movimento de dimensão nacional. A segunda história, por sua vez, compreende que a “sua existência enquanto grupo nem depende nem é uma atualização regional da história da ocupação territorial do Sertão da Farinha Podre” (: 82). O que distingue Pirajuba como um lugar é o enredo das relações entre seus moradores vivos e mortos.

Pimentel revela que nesse contar está a definição do que seja ser mineiro de Pirajuba, atributo organizado em torno da noção de “ancestralidade do lugar”, reguladora da distinção e da relação entre “pirajubenses” e “não-pirajubenses” a partir da combinação dos critérios de descendência e de residência. Portanto, a conterraneidade, ou seja, a descendência ideológica referida ao território, é o idioma pelo qual eles expressam a divisão entre os de dentro e os estranhos. Esta linha é matizada ainda pela diferenciação entre os filhos de Pirajuba que moram ou não na cidade. Esse modo de ver a si e ao resto do mundo é acionado na organização da política local, nas festas da igreja e na festa do peão.

Por fim, o autor indica a localização geográfica e a situação regional de Pirajuba, bem como a história migratória que trouxe paulistas para a terra de mineiros. Tantas estradas levam a este município mineiro, próximo de São Paulo e de Goiás, no entanto, o seu povo se ressentido do distanciamento e do atraso provocados pela ausência do asfalto. Fica fácil para o leitor curioso ir à pequena Pirajuba assistir a uma de suas festas, tal é o detalhe do roteiro de chegada à cidade. Sente-se falta, porém, de informações quantitativas. Afinal, se em todo o livro se fala do tamanho diminuto do lugar, terminamos sem saber quantos são os habitantes da cidade e do município.

Em “Festa da Igreja”, temos uma delicada narração do envolvimento do povo de Pirajuba no culto aos seus santos de devoção. Sob o pretexto de celebrar o sagrado, o que se extrai da etnografia da cidade em época de festa é o intrincado

entrosamento entre famílias e amigos, uma cerimônia de reafirmação das relações terrenas. O olhar do autor sobre os preparativos da festa, propiciado pela sua condição de hóspede na casa de um festeiro, produziu uma compreensão valiosa do evento, de interesse comparativo para estudiosos e curiosos das festas do catolicismo popular tão vivas em muitas cidades do interior do Brasil.

Fazer a festa significa ativar os vínculos relacionais (de reciprocidade e de hierarquia) entre o santo e o festeiro, entre o festeiro e seus parceiros. Mostra o autor como o trânsito das trocas de produtos e de trabalho movimentam as famílias envolvidas, propiciando uma ocasião de comensalidade entre parentes, conhecidos e agregados em torno dos festeiros. Todo o afincamento e a dedicação no preparo das prendas (ou bandejadas, como dizem em Pirajuba) dirigem-se ao ápice da festa: o leilão, instante ritual em que arrematar uma prenda é preservar a honra e conservar o respeito diante dos conterrâneos.

Incomoda apenas a inconstância da referência aos informantes, evidenciada neste capítulo mas sentida também em outros trechos. Algumas falas aparecem bem situadas, outras são fechadas apenas com um nome ou não possuem sujeito, sem que o autor justifique, por exemplo, o recurso ao anonimato. Fica-se sabendo muito sobre alguns moradores de Pirajuba, mas quase nada sobre outros que estão presentes no texto.

O capítulo a seguir, “Música Caipira e Música Sertaneja”, é uma mudança de registro etnográfico, uma interrupção do relato sobre Pirajuba. O antropólogo destrincha imagens do rural e do sertão cantadas nessas duas formas congêneres de música. Trata-se, enfim, de uma digressão imprescindível, na visão do autor, para retornar a Pirajuba, agora no tempo da festa do peão de boiadeiro, ou seja, o imaginário articulado nas inúmeras composições selecionadas instrumentaliza o acesso ao universo da tradição festeira mais recente de Pirajuba. O que se tem daqui por diante é a interpretação das duas manifestações “mais importantes a serem consideradas quando pretendemos compreender o movimento regional que recria o mito do sertão, resgatando, entretanto, seu valor, através da exaltação de seus atributos” (: 187): a festa do peão de boiadeiro e a “música sertaneja”. Trata-se talvez do capítulo mais bem elaborado do livro, pela articulação entre o material etnográfico e o debate acadêmico existente em torno dessa produção musical, mas também pela destreza na interpretação rigorosamente êmica dos discursos cantados sobre o caipira e o sertanejo. Pimentel opta

por critérios distintos daqueles utilizados por José de Souza Martins e Waldenyr Caldas no estudo dessas músicas, porque, segundo ele, operam modelos analíticos que já prefiguram o rebaixamento de ambas, seja pelo materialismo histórico, seja pela estética musical. Ao contrário, busca critérios que não sejam trazidos de fora do contexto da produção e do consumo das duas formas musicais, por exemplo, acompanhando a sua diferenciação pelos imaginários sociais a que recorrem. Vistas como fenômenos simbólicos, o que o autor apreende são as narrativas míticas que trazem sobre o mundo do caipira, o do sertão pastoril e o do rural moderno que engloba também o urbano, tal como aparece na recombinação mais recente das músicas caipira e sertaneja, denominada “música *country*”.

O sexto capítulo, “A Festa do Peão de Boiadeiro”, retorna à descrição para Pirajuba. Enfatiza-se o caráter diferencial do evento em relação às outras festas da cidade, em especial, a festa da igreja. Segundo o autor, trata-se agora de um festival que compreende um conjunto das seguintes cerimônias ou eventos interconectados: a) o ofício religioso, numa procissão em homenagem aos padroeiros do rodeio, Nossa Senhora Aparecida e São Sebastião (do Rodeio); b) uma cerimônia cívica de instalação dos trabalhos; c) o cerimonial do rodeio; d) a cerimônia de encerramento.

As celebrações religiosas (a procissão dos peões e a missa dos peões) e as evocações ao sagrado ocorridas no período da festa do peão são pontuadas pela interconexão do sagrado e do profano por meio do recurso a duas estruturas míticas postas em referência uma à outra: o discurso religioso e o discurso sertanejo, produzindo o *sacrossertanejo*. O recurso à proteção maternal da padroeira do Brasil, assim como o exemplo encontrado na trajetória do cavaleiro São Sebastião, cujas imagens permanecem no recinto da festa durante a sua duração, são a força de que se valem os peões para enfrentar o medo do perigo e a ameaça concreta da morte a que se expõem na arena.

A análise do rodeio propriamente dito apóia-se em trabalho de campo realizado em outras festas além daquela de Pirajuba e em exemplificações retiradas de outras cerimônias e locuções de festas de peão que são agregadas aos registros feitos em Pirajuba. Ao fim, o que se percebe é uma estrutura que pouco varia dentro do Brasil. A descrição das modalidades e regras de que se compõe o rodeio, nitidamente em diálogo com o rodeio norte-americano, atenta para a elaboração própria que este esporte recebe aqui.

## O SERTÃO DO BOIADEIRO

Mas, é da festa realizada em Pirajuba, insistentemente ligada à tradição da cidade e índice de seu desejo de modernidade, que o autor conclui sobre o enlace de uma religiosidade caipira, exercitada na festa da igreja, com o mito do sertão civilizado e bom, tal como ressemantizado pela festa do peão.

A conclusão ou constatação final, “E o bom sertão se fez”, pode servir como um antídoto ao atordoamento que arranjos diversos do tradicional e do moderno no Brasil contemporâneo têm provocado em muitos analistas. À hipótese da transformação do rural em urbano pela tecnificação e pela modernização, o exemplo de Pirajuba rebate com a possibilidade de que “a modernização do rural não leva sempre ao mesmo ponto de chegada, podendo o rural continuar rural, ainda que um rural moderno” (: 296). Com certeza, trabalhos como o de Sidney Valadares Pimentel demonstram a imensidão de trilhas investigativas que nos oferecem os múltiplos sertões do Brasil, em sua concretude etnográfica e imaginativa.